

Lutas sociais e movimento "semiproletário" no Equador*

Eliel Machado**

Resumo:

Discute-se, fundamentalmente, os limites das lutas "semiproletárias" equatorianas a partir do entendimento teórico de que os sujeitos organizados em torno da CONAIE – Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, não estão subordinados integralmente à expropriação capitalista, portanto, não são produtores diretos de mais-valor. Entende-se que, sem o protagonismo conjunto do proletariado mais combativo, por meio da retomada de seus partidos e sindicatos, as tentativas de transição socialista tendem ao fracasso, como ocorreram em algumas oportunidades.

Palavras-chave: Lutas sociais. Semiproletariado. CONAIE. Equador.

Social struggles and the "semiproletarian" movement in Ecuador

Abstract:

In this article we discuss, fundamentally, the limits of Ecuadorean "semi-proletarian" struggles, based on the theoretical understanding that the actors organized around the Confederation of Indigenous Nationalities of Ecuador (CONAIE) are not wholly subordinated to capitalist expropriation. Therefore, they are not direct producers of value added. We understand that without the joint protagonism of the more combative proletariat, through the revival of its parties and unions, attempts at socialist transition tend to fail, as has occurred in some instances.

Keywords: Social struggles. Semi-proletariat. CONAIE. Ecuador.

Os anos 1990 e 2000 testemunharam uma explosão de movimentos sociais rurais étnico-classistas (zapatistas, indígenas equatorianos, cocaleiros bolivianos) e classistas (sem-terra brasileiros). Eles foram acompanhados de movimentos urbanos, como os piqueteiros argentinos, ao lado dos "ocupantes" de fábricas falidas, os sem-teto brasileiros, os insubordinados de Oaxaca e, mais recentemente, os estudantes chilenos que tomaram escolas secundárias e universidades. Todos

* Este artigo reduzido e reformulado, é fruto de produção teórica apresentada à banca de ascensão docente na Universidade Estadual de Londrina. Agradeço especialmente a Lúcio Flávio de Almeida (PUC/SP), um dos arguidores na referida banca, cujas sugestões contribuíram para a versão aqui publicada. As lacunas, evidentemente, são de minha inteira responsabilidade.

**Professor de Ciência Política da UEL, coordenador do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL) e membro do *GT Estado en América Latina. Continuidades y rupturas* do CLACSO. End. eletrônico: elielmachado@uol.com.br

questionaram a legitimidade das políticas neoliberais aplicadas por governos sufragados pelo voto popular. Pareciam indicar que, nestas plagas, democracia eleitoral e neoliberalismo teriam vida curta.

Partindo do pressuposto de que o capitalismo é hegemônico na América Latina e que subordina outros modos de produção ao seu processo de acumulação, procuramos compreender como a crise político-ideológica do proletariado mais combativo abriu espaço para o surgimento de movimentos sociais “fora” dos muros da fábrica. Em outras palavras, tendo o “núcleo duro” das relações sociais capitalistas como base e o quadro geral de crise de acumulação do capital desde os anos 1970, esmiuçamos as configurações políticas das classes dominadas que não estão diretamente relacionadas a ele e nem por isso deixaram de organizar suas demandas em torno do combate ao neoliberalismo na região.

Na literatura sobre movimentos sociais, é mais fácil encontrar análises desconectadas do “velho” movimento operário e de sua crise político-ideológica, ainda que muitas justifiquem o surgimento dos “novos” em função da crise do “velho”. Mas deixam a desejar na medida em que perdem os referenciais de classe existentes nos dois. Para nós, o “novo” deve ser compreendido na base social ampliada do “velho”. A rigor, portanto, o “novo” não existe. O “velho”, com a reconfiguração do capitalismo e o seu desenvolvimento, apresenta “novas” demandas e complexifica as relações de classe (proletarização ampliada).

Neste artigo, examinaremos a CONAIE como um “novo” movimento social no sentido apresentado acima, ou seja, em perspectiva classista. Esta confederação é composta predominantemente pelo “semiproletário” rural, o que nos leva a abordar a crise pela qual passou (e passa) o proletariado tradicional. Nosso objetivo é compreender os limites estruturais de atuação dos indígenas organizados nesta confederação e, logo, não nos propomos analisar o movimento operário equatoriano. Valer-nos-emos, sumariamente, do movimento mundial do capitalismo nos anos 1970 que, em situação de queda na taxa de lucros, reestrutura a produção e afeta as organizações proletárias em diferentes níveis, dependendo do grau de desenvolvimento do capitalismo em cada país. O Equador, portanto, não estava (e não está) fora deste processo global.

Dividimos este artigo em três partes: na primeira, analisamos o refluxo do movimento operário e as suas consequências na organização político-ideológica dos “novos” movimentos sociais que o sucederam; na segunda, apresentamos sinteticamente um debate mais teórico sobre os “novos movimentos sociais”; na terceira e última parte, debatemos a atuação da CONAIE para ilustrar os limites desses “novos” movimentos sociais em relação à luta antissistêmica, uma vez que se dispôs, em mais de uma oportunidade, à superação do atual regime equatoriano de acumulação capitalista.

O refluxo político-ideológico do movimento operário

A queda tendencial da taxa de lucros nos anos 1970 afetou desigualmente os países avançados e periféricos. As suas imensas dimensões obrigaram os capitalistas a reverem o processo de acumulação, levando-os a buscarem outras formas de exploração da força de trabalho com o objetivo de recuperar as perdas sofridas em decorrência da queda tendencial da taxa de lucros, algo que ficou conhecido nos meios acadêmicos como “reestruturação produtiva do capital”. Os desdobramentos políticos, sociais, ideológicos e econômicos são notórios nos países de capitalismo avançado: declínio acentuado do *Welfare State*, desmantelamento das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores, perda de direitos sociais, civis e trabalhistas conquistados historicamente por meio das lutas dos trabalhadores. Nos países dependentes, embora estes nunca tenham vivido o *Welfare State*, o capital solapou as garantias sociais mínimas dos trabalhadores conquistadas, dos anos 1930 aos 1950, sob os chamados “governos populistas”. Dos anos 1960 aos 1980, sob o bastião de ditaduras militares nestes países, o capital imperialista se fortaleceu. Na década de 1990, o processo de acumulação se acelerou e o capital se centralizou em escala mundial, principalmente o capital financeiro¹. Observa-se também transformações dos Estados nacionais dependentes que se tornaram mais vulneráveis às intempéries financeiras; o imperialismo assumiu novas dimensões. Esta centralização do capital repercutiu diretamente para o refluxo político-ideológico de todo o movimento operário. Mas, o atual estágio de desenvolvimento capitalista atinge bem mais os trabalhadores dos países dependentes ao impor um novo padrão de acumulação e ao estabelecer uma nova divisão internacional do trabalho entre centro e periferia (Bihl, 1998: 107).

Não obstante Bihl apresente o “compromisso fordista”² e o seu declínio destituídos de lutas sociais, mesmo assim revela que, pelo menos para uma parte do movimento operário, ele teve um significado político importante:

Retrospectivamente, e considerando-o do ponto de vista do proletariado, esse compromisso pode ser comparado a uma espécie de imensa barganha, pela qual o proletariado renunciou à “aventura histórica” em troca da garantia de sua “seguridade social”. Renunciar à “aventura histórica”? É renunciar à luta revolucionária, à luta pela transformação comunista da sociedade; renunciar à contestação à legitimidade do poder da classe dominante sobre a sociedade, especialmente sua apropriação dos meios sociais de produção e as finalidades assim impostas

¹Baseando-nos nas formulações leninistas, trata-se da fusão do capital industrial com o capital bancário nos países imperialistas (Lenin, 1984).

²Um dos termos deste “compromisso” foi a imposição à burguesia e ao proletariado pela própria “lógica” do desenvolvimento anterior do capitalismo e o fato de ter sido um processo muitas vezes cego e ilusório para ambos. Para maior detalhamento, ver Bihl (1998: 37).

às forças produtivas. É, ao mesmo tempo, aceitar as novas formas capitalistas de dominação que vão se desenvolver pós-guerra, ou seja, o conjunto das transformações das condições de trabalho e, em sentido amplo, de existência que o desenvolvimento do capitalismo vai impor ao proletariado nesse período [grifos no original] (Bihl, 1998: 37).

Em nossa avaliação, esta “renúncia” deixou o movimento operário “desarmado” diante da “reestruturação produtiva” nos anos 1970, favorecendo, sem dúvida, o avanço do capital monopolista e oligopolista.³

Se nem mesmo o movimento operário socialdemocrata levou adiante a sua estratégia de conquista do poder burguês, (Bihl, 1998) os chamados “novos” movimentos sociais tiveram (e têm) bem mais dificuldades em função tanto da crise de legitimidade dos partidos e sindicatos combativos, como também da simbólica queda do “muro de Berlim”, da *débâcle* do chamado “socialismo soviético” e da vitória do capital sobre o trabalho com a reestruturação produtiva. Talvez por isso, alguns desses passaram a defender a não tomada do “poder” já que este se encontra em organizações internacionais (FMI, OMC, Banco Mundial etc.):

Porque nuestro que hacer no es tomar el poder. No es tomar el poder por las armas pero tampoco por la vía electoral o por otra vía, putchista etc. *En nuestra propuesta política, nosotros decimos que lo que hay que hacer es subvertir la relación de poder, entre otras cosas porque el centro del poder ya no está en los Estados nacionales. De nada sirve, pues, conquistar el poder. Un gobierno puede ser de izquierda, de derecha, de centro y, finalmente, no podrá tomar las decisiones fundamentales. Y tampoco soñamos con tomar el poder en el seno de los grandes organismos financieros. De lo que se trata de construir otra relación política, ir a una ciudadanía de la política. Finalmente, lo que damos sentido a esta nación somos nosotros, los ciudadanos, y no el Estado. Vamos a hacer una política sin pasamontañas, pero con nuestras mismas ideas* (EZLN, 2001: 3).⁴

Voltando-nos para o movimento operário, além de Bihl (1998), Vakaloulis também afirma que a atual crise não significa o seu fim:

³A título de ilustração, no Brasil este efeito foi mais lento, pois nos anos 1980 e 1990, motivados por uma onda de greves, os trabalhadores fundaram um partido de base operária e popular (PT – Partido dos Trabalhadores) e criaram uma central sindical combativa (CUT – Central Única dos Trabalhadores), em cujo programa de fundação encontra-se a defesa do socialismo. Apenas em meados dos anos 1990 é que os efeitos daquela crise passaram a afetar as organizações proletárias: ambos perderam o fôlego da combatividade e praticamente se “renderam” à defesa do *status quo*.

⁴Entrevista do subcomandante Marcos a Ignácio Ramonet do jornal espanhol *El País* e retirada do sítio do Exército Zapatista de Libertação Nacional (www.ezln.org/entrevistas/20010225a.es.htm) em 16 jan. 2004.

Apesar da crise que atravessa há duas décadas, o movimento operário não é uma força histórica em extinção. Sem dúvida, perdeu a centralidade sociológica e simbólica característica da época fordista. Seu “brilho”, ligado ao imaginário heróico do proletariado industrial, desapareceu. Não é nem o único ator do conflito social nem a vanguarda da luta pela auto-emancipação dos dominados. De qualquer forma, a questão da “hegemonia operária” não mais se apresenta nesses termos. Esse ator mantém não apenas uma capacidade de perturbação anticapitalista, mas também a capacidade de reivindicação e de concretização de seus próprios objetivos, como mostra a relativa renovação sindical promovida ao longo do último período (Vakaloulis, 2005: 134-135).

A este diagnóstico, apenas acrescentaríamos que, do ponto de vista de *“Monsieur Le Capital”*, a redução numérica da classe operária fabril não pode chegar ao ponto de colapsar o processo de acumulação. Certamente, a “fábrica” também se estendeu para além de seus muros, mas deve ter ganhado novos contornos ao ampliar o assalariamento, especialmente no setor de serviços (educação e saúde, por exemplo). O importante é determos que a expropriação do excedente produzido diretamente pelos trabalhadores é fundamental para a acumulação, então, esta relação tem sido mantida e, de certo modo, ampliada.

A ampliação do assalariamento afetou as lutas sociais dos explorados em geral. Evidentemente que, em cada país do subcontinente latino-americano, ela teve seu “próprio” tempo de maturação e desenvolvimento, bem como a quase “ausência” do movimento operário fabril mais combativo nos anos 1990 e, principalmente, nos 2000, repercutiu negativamente sobre os demais movimentos sociais.

Na medida em que os “novos” movimentos sociais passaram a ocupar o “vácuo” político-ideológico deixado pelo movimento operário e apresentaram em suas plataformas a luta anti-imperialista e a defesa do socialismo, é preciso debater tanto a base social como o caráter político destes movimentos, pois assumem uma tarefa que, outrora, sempre coube aos “partidos” combativos. De um lado, os “novos” são mobilizados por lutas mais “imediatas” ou de “urgência” (Mouriaux, 2002), pois dizem respeito à sobrevivência física das pessoas (moradia, terra, trabalho). De outro, parece-nos que, no fundo, sintetizam na prática as demandas “imediatas” com as “mediatas” ao proporem, por exemplo, a reforma agrária aliada à luta pelo socialismo.

Como temos insistido, localizamos o surgimento dos “novos” movimentos sociais no encolhimento do movimento operário fabril e na expansão do assalariamento dos setores de serviços nos anos 1970 e seguintes. Antunes, entre outros autores, afirma que isso levou à heterogeneização do trabalho com a incorporação do contingente feminino no mundo operário. Este processo veio

acompanhado do desemprego estrutural e de uma “*subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’, que marca a sociedade dual do capitalismo avançado (...)” [grifos no original] (1995: 41).

Em contraposição a maior homogeneidade da classe operária do período fordista, a heterogeneidade e a fragmentação dos “subproletários”⁵ e “semiproletários”⁶ não impediram que estes trabalhadores se organizassem em movimentos sociais, porém, situados, em geral, “fora” do “núcleo duro” das relações capitalistas.

Boa parte dos movimentos sociais não é composta por produtores diretos de mais-valor. Estar “fora” do “núcleo duro” das relações capitalistas têm implicações políticas e ideológicas, especialmente quando estes movimentos se apresentam como antissistêmicos. A CONAIE, por exemplo, ao reivindicar terra (reforma agrária), reivindica a aquisição da propriedade. Mesmo sob o controle dos trabalhadores, estará submetida às regras do mercado. Grosso modo, isso limita a potencialidade de suas lutas quando se apresentam também socialistas?

A difícil definição de “movimentos sociais” em perspectiva classista

Parece-nos que a polissemia do termo dificulta uma definição teórica mais precisa de “movimentos sociais”. Não pretendemos recuperar todo o debate em torno do tema, queremos apenas lançar luz sobre algumas formulações que nos auxiliem a entender melhor quem são os chamados “novos” movimentos sociais nestas plagas, particularmente em relação à CONAIE.

Em “Dez teses acerca dos movimentos sociais”, Frank e Fuentes propõem que “os ‘novos’ movimentos sociais não são novos, ainda que tenham algumas características novas; e os movimentos sociais ‘clássicos’ são relativamente novos e provavelmente temporários”. Acrescentam, adiante, que “a força e importância dos movimentos sociais é cíclica e relacionada a longos ciclos políticos, econômicos e (...) ideológicos. Quando mudam as condições que dão origem aos mo-

⁵Entende-se por “subproletários”, os assalariados urbanos de baixa renda (“peões” da construção civil, bóias-frias etc.), autônomos também de baixa renda (engraxates, vendedores de rua, serventes de pedreiro, encanadores, eletricitistas etc.) e trabalhadores não-remunerados (pessoas que trabalham para os produtores simples de mercadoria). O que diferencia o proletariado do “subproletariado” é sua inserção mais ou menos regular no mercado de trabalho e nível salarial (Singer, 1981: 128/133). Acrescentamos, ainda, a sua frágil organização política e sindical (Machado, 2009).

⁶Por “semiproletários”, compreendem-se os trabalhadores pertencentes ao campesinato pobre (sem-terra): “Constitui, ao lado do proletariado propriamente dito, uma ampla força de trabalho a serviço do capital em seu processo de expansão” (Germer, 2002: 269). Para mais detalhes, ver Machado (2009).

vimentos sociais (...), estes tendem a desaparecer”. Afirmam que, no Ocidente, são predominantemente constituídos pelas classes médias, no Sul pelas classes populares e, no Leste, pela mescla de ambas (1989: 19-20).

Estes pontos são importantes para pensarmos na composição social dos movimentos sociais e em sua perenidade. Certamente auxiliam no entendimento dos seus fluxos e refluxos, como pode ser observado com o movimento piqueteiro argentino que praticamente desapareceu com a elevação da ocupação naquele país (Cavalcante, 2012).

Em outra proposta analítica, menos preocupada em apresentar a sua “teoria” dos movimentos sociais e mais uma perspectiva panorâmica das várias correntes que debateram a questão, Gohn afirma que “Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe, entre outros, partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizaram a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (2008: 121) em contraposição ao marxismo clássico.

Estes teóricos praticamente desconsideram a estrutura das classes e todos os aportes decorrentes delas que implicaram em formas de organizá-las (partidos, sindicatos e associações). A própria crise político-ideológica do movimento operário contribuiu para isso. Como dito antes, tal crise não eliminou nem a ele próprio e nem as demais classes existentes, mas a luta de classes ganhou outro patamar de confronto: os movimentos sociais que direcionam suas demandas ao Estado burguês.

Embora a autora reconheça, com razão, que as teorias marxistas dos movimentos sociais não abandonaram a problemática das classes sociais (Gohn, 2008: 173), ela comete uma imprecisão teórica ao considerar “elites” e “classes” como equivalentes:

Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos deste processo, quando há ruptura da “ordem” dominante, *quebra da hegemonia do poder das elites* e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas e defensivas [grifos nossos] (Gohn, 2008: 171).

Não nos fica claro porque o marxismo não pode se voltar para o estudo das revoluções a partir dos elementos que compõem as *classes populares em luta* na atualidade, ou seja, o “sub” e o “semiproletariado”, isto sem falar dos assalariados das classes médias urbanas (professores, bancários, estudantes, auxiliares etc.), já que as “classes” e a “luta de classes” são essenciais ao marxismo para a transformação da realidade.

A autora estigmatiza o marxismo como ideologia que não faz ciência, ao afirmar que o marxismo,

aplicado ao estudo dos movimentos sociais operários e não-operários, não é apenas uma teoria explicativa mas é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Por isto muitas vezes suas análises se assemelham a um guia de ação, porque estão voltadas não apenas para o entendimento analítico dos problemas envolvidos mas refletindo a prática que se tornará práxis histórica (Gohn, 2008: 173).

Contradiz-se quando silencia sobre outras correntes não marxistas que “descrevem” a realidade como se, por si só, garantissem valor científico às suas observações. Por outro lado, descreve-se o que se quer destacar. A linha demarcatória entre “ciência” e “ideologia” é tênue, algo não abordado por Gohn que prefere afirmar, genericamente, que os “novos movimentos sociais” “recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais [para as suas] clientelas” (2008: 125).⁷

Depois de apresentar as diversas teorias dos chamados “novos movimentos sociais”, Gohn nos surpreende quando afirma que não há uma teoria sobre estes movimentos:

A teoria dos NMS está incompleta porque os conceitos que a sustentam não estão suficientemente explicativos. O que temos é um diagnóstico das manifestações coletivas contemporâneas que geraram movimentos sociais e a demarcação de suas diferenças em relação ao passado. Estes movimentos sociais, por sua vez, geraram certas mudanças significativas, tanto na sociedade civil como na política (Gohn, 2008: 129).

Poderíamos estender inúmeras outras críticas às suas formulações, mas, por falta de espaço, limitamo-nos a estas e, uma vez que não suprem nossas expectativas, cabe-nos apresentar uma proposta alternativa cujo marco teórico está situado nas classes em luta. É sobre este marco que as demais categorias sociais (raça, etnia, gênero) devem fazer intersecção.

Para Lojkin, por exemplo, os “movimentos sociais” estão vinculados às manifestações das classes dominadas em sua capacidade de diferenciar-se dos “papéis e funções através dos quais a classe (ou fração de classe) dominante

⁷O que dizer dos movimentos sociais que não recusaram esta “cooperação”? Basta lembrarmos da FTV (Federación Tierra y Vivienda/Argentina) ligada à CTA (Central de Trabajadores Argentinos), ou seja, originária do movimento sindical. Outra complicação teórica, no mínimo, é tratar as bases sociais por “clientela”.

garante a subordinação e dependência dessas classes dominadas com relação ao sistema socioeconômico em vigor” (1997: 314).

Segundo este autor, “movimento social” deve ser definido pela combinação de dois processos sociais:

- A) Um processo de “pôr-se em movimento” de classes, frações de classe e camadas sociais. Esse primeiro processo define a *intensidade* e a *extensão* (o campo social) do movimento social pelo tipo de combinação que une: a) a base social, e b) a organização do movimento social. Para retomar as categorias da física utilizadas por Marx e Engels (dinâmica, mecânica), chamaremos, portanto, *força social* a *resultante* social da ação da organização sobre uma dada base social. (...)
- B) Do “pôr-se em movimento” ao “desafio” político. A primeira dimensão de nossa definição permite, portanto, diferenciar os movimentos sociais de acordo com a relação mantida entre a “base social” e a “organização” que a “pôs em movimento”. Não se poderá contudo definir a natureza sociológica desse movimento enquanto não se conhecer o tipo de relação que mantém entre si as práticas ideológicas e políticas da organização e as da base social. Relação de subordinação das “massas” ao “partido” (a famosa correia de transmissão), do partido às massas (...) ou, enfim, relações mais sutis de aliança, de convergência, no quadro da aceitação consciente pelas massas de um projeto político implicando uma transformação da natureza do poder de Estado (Lojkin, 1997: 318-320).

Um pouco adiante, ele afirma algo interessante para as nossas discussões:

(...) O alcance histórico real de um movimento social só pode ser definido pela análise de sua relação com o poder político. Logo, em vez de “parar” e de “esfriar” quando confrontado ao Estado, *o movimento social só pode ser definido, em última instância, por sua capacidade de transformar o sistema socioeconômico no qual surgiu*. Senão há o risco de só se considerar como movimento social as tensões, a agitação contida, ricas talvez em intensidade social, próximas da efervescência social que Gurvitch analisava, mas no fundo *imóveis*, na medida em que o sistema social não se *mexeu*, não foi *derrubado*. Recuperados por “contramovimentos sociais” produzidos pela classe dominante, esses movimentos sociais não passam, finalmente, de jatos de vapor da válvula de segurança elaborada pelo Estado da classe dominante. [grifos no original] (Lojkin, 1997: 320).

Duas observações importantes nestas passagens: i) o pressuposto da classe como determinante do “movimento”; ii) o “movimento” não pode ser reduzido apenas à agitação e aos confrontos com o poder estabelecido, então pode avançar em direção à transformação social. Reivindicar a reforma agrária e a forma como se organiza para lutar por ela, pode oferecer elementos que apontem para a transformação social, principalmente se levarmos em conta que no “programa” da CONAIE, por exemplo, está explícita a luta contra o imperialismo e por uma sociedade socialista.

É sob esta perspectiva que debatemos os possíveis “limites” político-ideológicos da CONAIE. Apoiar-nos-emos também em algumas contribuições de José Carlos Mariátegui, exatamente porque suas formulações incidem sobre a necessidade da aliança operário-indígena como condição para a transformação social. Segundo o autor (1975: 144), esta aliança, uma vez vitoriosa, inauguraria o socialismo tipicamente latino-americano.

Limites e contradições dos “movimentos sociais”: o caso da CONAIE

Pode-se afirmar que as formulações teóricas e revolucionárias de José Carlos Mariátegui foram originais em função da proposta de aliança operário-camponesa latino-americana na contramão da III Internacional que predicava a revolução democrático-burguesa:

Coerente com a minha posição ideológica, penso que a hora de ensaiar no Peru o método liberal, a fórmula individualista, já passou. Deixando de lado as razões doutrinárias, considero fundamental este fator irrespondível e concreto que dá um caráter peculiar ao nosso problema agrário: a sobrevivência da comunidade e de elementos de socialismo prático, na agricultura e na vida indígenas (Mariátegui, 1975: 35).

Mesmo correndo o risco de ser acusado de “romântico”, esta aliança tinha a ver com a ideologia “coletivista” do indígena peruano, com os séculos de exploração pelos latifúndios que não foram capazes de corromper seus hábitos de cooperação e de solidariedade, expressões empíricas de seu “espírito comunista” (Mariátegui, 1975: 58).

Prevenindo-se das possíveis críticas de querer voltar à civilização pré-moderna, o autor argumentava que

o comunismo moderno é uma coisa diferente do comunismo incaico. Isto é, a primeira coisa que deve entender o estudioso que explora o Tawantisuyo. Um e outro são produtos de diferentes experiências humanas. Pertencem a diferentes épocas históricas. Constituem a elaboração de civilizações dessemelhantes. A dos incas foi uma civilização agrária. A de Marx e Sorel é uma civilização industrial. Naquela, o homem submetia-se à natureza. Nesta, a natureza se submete, às vezes, ao homem. É absurdo, portanto, confrontar as formas e as instituições de um e outro comunismo. O único que podemos confrontar é a sua incorpórea semelhança essencial, dentro da diferença essencial e material de tempo e espaço [grifos nossos] (Mariátegui, 1975: 54).

A despeito das formulações de Mariátegui sobre o problema indígena e a expansão latifundiária terem sido feitas nos anos 1920, elas ultrapassam seu próprio tempo

e espaço – o Peru – e avançam na contemporaneidade: basta verificarmos as reivindicações da CONAIE contra a perda da terra pelos indígenas equatorianos e por reforma agrária para notarmos a sua atualidade. Evidentemente que, dos anos 1920 até hoje, o capitalismo no subcontinente latino-americano assumiu novas configurações, outras bandeiras foram içadas (Estado plurinacional, por exemplo), mas, no essencial, as lutas atuais retomam questões colocadas lá atrás, como as que acabamos de mencionar.

Feita esta breve apresentação de algumas das contribuições de Mariátegui, passamos à CONAIE. Antes, porém, vale a pena observar que, entre os anos 1990 e 2000, nenhuma das insurreições dos camponeses indígenas latino-americanos transitou para o socialismo, a despeito de muitos desses sujeitos defendê-lo implícita ou explicitamente, mesmo quando suas ações resultaram na derrubada de governos, como o de Carlos Mesa, na Bolívia, em 2005; Abdalá Bucaram, em 1997, Jamil Mahuad, em 2000, e Lucio Gutiérrez, em 2005, todos do Equador. Por que não transitaram?

Não pretendemos oferecer respostas para as “não-transições”, mas temos uma hipótese: embora os camponeses (indígenas, no caso) defendam a construção de uma sociedade socialista, faltou a presença política e ideológica do proletariado revolucionário que permanece no confronto direto com o capital. Em outras palavras, os camponeses pobres, ao reivindicarem uma melhor distribuição de terras (a reforma agrária), no fundo, reivindicam meios de produção, afinal, necessitam produzir para sobreviver. Organizados em cooperativas, produzem para o “mercado”, que os submete à sua lógica. Qual é, então, o alcance de suas lutas, já que não são produtores diretos de mais-valor ou são, no máximo, produtores simples de mercadorias? Ao conquistarem a propriedade, mesmo organizada em cooperativas, e ao se submeterem ao mercado, não passam a defendê-la e, com isso, não “retroalimentam” ideologicamente algo que condenam sob o capitalismo (a propriedade privada)?⁸

Em vários documentos dos movimentos indígenas, é perceptível que suas lutas passam pela questão (da perda) da terra e pelo respeito às suas culturas e tradições. Em última instância, o que está em jogo nestas lutas é o avanço do grande capital na América Latina, atualmente sob o *script* neoliberal, envolvendo interesses do capital nacional, internacional e associado. Praticamente todos os

⁸Sob certo grau de abstração teórica, podemos afirmar que o proletariado revolucionário, produtor direto de mais-valia, não objetiva a reapropriação individual da fábrica e da maquinaria, enquanto o “semiproletariado” luta pela repartição igualitária dos meios de produção, uma vez que está ligado à pequena propriedade. Esta digressão teórica está inspirada em Saes (1998: 145-172) e em Badiou e Balmès (1976).

movimentos abordam os problemas da terra e da etnia, como fica demonstrado no documento de convocação para a *II Cumbre Continental de Pueblos y Naciones Indígenas de Abya Yala (Américas)*, realizada em Quito (Equador), em 2004, cujos principais eixos temáticos são: *terras e recursos naturais*, importantes cultural, econômica e politicamente, como forma de consolidar seus habitats naturais, hoje ameaçados pela versão neoliberal do capitalismo; *autonomia e livre determinação*, como princípios fundamentais dos povos indígenas para a construção econômica, cultural e organização política; *diversidade, plurinacionalidade e desenvolvimento sustentável*, como formas de superar a discriminação, exploração e exclusão por parte dos Estados nacionais; *conhecimentos indígenas e propriedade intelectual coletiva*, ameaçados pela OMC e ALCA em proveito da propriedade privada; *direito dos povos indígenas e organismos multilaterais*, também ameaçados pelo FMI, Banco Mundial e BID que aplicam políticas neoliberais prejudiciais aos setores populares empobrecidos, em particular para os povos indígenas. Além desses pontos, discutem as relações de gênero e participação das mulheres; a formação de governos alternativos com o objetivo de democratização dos Estados; e posicionam-se contrários ao Plano Colombia e às ações militares norte-americanas na região (ECUARUNARI; CONAIE; COICA, 2004).

Depois da fundação da CONAIE, em 1986, ocorre o primeiro levante popular, em 1990, quando milhares de índios paralisaram as estradas e acessos às principais cidades do país e exigiram do governo a solução para os conflitos de terras. Em 1997, um novo levante indígena destituiu o presidente Abdalá Bucaram e, em 2000, Jamil Mahuad é deposto e a confederação sublevada propõe a dissolução dos três poderes do Estado e a criação de um governo de “salvação nacional”. Em 2002, o coronel Lucio Gutiérrez vence as eleições, apoiado pela confederação e outros movimentos sociais, mas renunciou em 2005 sob fortes protestos populares. Entre março e abril de 2006, ocorreu uma série de marchas e protestos que conseguiram paralisar grande parte do país durante três semanas.

O movimento campesino equatoriano passou por processos de mudanças, conforme Dávalos (2000: 25): da luta pela terra nos anos 1950-1980 para a luta pela plurinacionalidade, nos anos 1990 e 2000, ao questionar a estrutura jurídica do Estado e ao reivindicar a dissolução dos seus três poderes (executivo, legislativo e judiciário). Além disso, propôs a formação de Parlamentos Populares para todos os níveis da organização política (local, provincial e nacional), agregando a democracia direta e o mandato por delegação (Dávalos, 2000: 28).

Com estas propostas, a CONAIE se viu diante de um dilema: o Estado burguês vinculado aos interesses do capital (nacional, internacional ou associado) não pode garantir a formação de um governo de caráter popular, subordinado aos interesses das classes dominadas. Mas não tinha forças para construir um

governo popular autônomo e, assim, participou por seis meses do governo de Lucio Gutierrez para, em seguida, deixá-lo.⁹

Na contramão dos interesses imperialistas no país no levante de 2006, a CONAIE rechaçava as negociações em torno do Tratado de Livre Comércio (TLC) que o governo equatoriano negociava com os EUA. Solicitava que não se assinasse nada sem antes convocar uma consulta popular. Exigia o fim do contrato com a *Occidental Exploration and Production Company* (OXY) e condenava o Plano Colômbia. Além disso, reivindicava a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (Maldonado, 2006: 78).

Segundo a autora, não obstante se trate de uma plataforma nacional e não se remetam especificamente ao problema da etnia, estes problemas afetam de maneira particular os povos indígenas constituídos por pequenos produtores agrícolas, condenados ao desaparecimento em virtude da competição com produtos norte-americanos subsidiados e livremente comercializados no Equador, caso o acordo fosse adiante (Maldonado, 2006: 79).

As lutas da CONAIE não deixam nada a desejar aos partidos e sindicatos outrora combativos, pois articulam as questões nacionais à luta anti-imperialista, representada nos organismos internacionais (OMC, ALCA e FMI). Mas, mesmo sendo um enorme avanço em termos de organização político-ideológica de um programa antineoliberal, carecem do proletariado combativo em suas fileiras. Não porque o consideramos revolucionário por excelência, mas pelo fato de ser produtor direto de mais-valor tem potencialidade objetiva que o permite quebrar os seus próprios grilhões, diferentemente dos “semiproletários” cuja pequena propriedade pode levá-los a defendê-la a todo custo. Não podemos desconsiderar que, mesmo limitados, estes sujeitos desempenham um papel político importante: criticam aspectos ideológicos do Estado burguês de proteção à propriedade privada dos meios de produção. Resta-nos saber que papéis desempenharão neste processo daqui por diante. De todo modo, qualquer transformação deve passar por uma aliança político-ideológica entre ambos, sob liderança do proletariado, como sugerido por Mariátegui, senão correm o risco de patinarem no mesmo lugar.

⁹Para mais detalhes, consultar Maldonado (2006).

Bibliografia

- ANTUNES, R. (1995). *Adens ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Ed. Unicamp.
- BADIOU, A.; BALMÈS, F. (1976). *De l'idéologie*. Paris: Maspero.
- BIHR, A. (1998). *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo.
- CAVALCANTE, I. C. S. (2012). *Movimento Piqueteiro: refluxo da radicalidade ou reinvenção da organização? A experiência da Frente Popular Darío Santillán*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina.
- DÁVALOS, P. (2000). Ecuador: las transformaciones políticas del movimiento indígena ecuatoriano. OSAL - *Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires, n. 1.
- ECUARUNARI; CONAIE; COICA. (2004). *II Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala*. Disponível em Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala: <http://www.cumbreindigenabyayala.org/>. Acesso em: 31 jul. de 2008
- EZLN – EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. (2004). *Entrevista del subcomandante Marcos a Ignacio Ramonet*. Disponível em: www.ezln.org/entrevistas/20010225a.es.htm. Acesso em: 16 jan. 2004.
- FRANK, A. G.; FUENTES, M. (1989) Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova*. São Paulo, n. 17.
- GERMER, C. (2002). Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS.
- GOHN, M. G. (2008). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- LÊNIN, V. I. (1984). O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: *Obras escolhidas*. Vol. 2. Moscou: Edições Progressos; Lisboa: Edições “Avante!”.
- LOJKINE, J. (1997). *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- MACHADO, E. (2009). Movimentos populares na América Latina: paradoxos das lutas anti-sistêmicas? *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 23..
- MALDONADO, A. M. (2006). Movimiento indígena, lucha contra el TLC y racismo en el Ecuador. OSAL - *Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires, n. 19.

- MARIÁTEGUI, J. C. (1975). *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega.
- _____ (2005). *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- MARX, K. (s/d). O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega.
- MARX, K; ENGELS, F. (1998). *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo.
- MOURIAUX, R. (2002). A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa. *Crítica Marxista*. Campinas, n. 14.
- SAES, D. (1998). *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: Unicamp.
- VAKALOULIS, M. (2005). Antagonismo social e ação coletiva. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez.